



REVISTA PORTUGUESA DE HISTÓRIA

TOMO XX

INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

COIMBRA
1983

ROBERT DURAND — *Les Campagnes Portugaises entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e siècles*. Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1980, XXXVII + 667 pp.

O A., partindo de uma delimitação precisa quer no tempo, quer no espaço, vai estudar a vida rural portuguesa nos seus diversos aspectos: desde a caracterização geográfica da região, portanto do meio onde ela se desenrolou, no mais amplo sentido, até às mais variadas formas que a ocupação e a vida humana aí puderam revestir (1).

O seu campo de pesquisa era extremamente vasto e o A. começa desde logo por sistematizar as próprias fontes dando a essa tarefa uma nota metodológica pessoal.

Mas se, com razão, critica o modo como a documentação se encontra arrumada nos nossos arquivos, em especial no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, também a sistematização adoptada pelo A. nos parece bastante simplista. Com efeito, para cada *item* que apresenta, não há qualquer caracterização dos documentos que o integram e eles são, naturalmente, bem diversificados nas temáticas e finalidades.

Ainda sobre documentação, permitimo-nos acrescentar que gostaríamos de ver aumentada a sua lista das *Sources Juridiques et Diplomatiques*, alínea 2) *Chartes et cartulaires*, com obras saídas da nossa Faculdade. São elas os vols, n e m do *Livro Preto da Sé de Coimbra* (2) e *O Cartulario do Mosteiro de S. Paulo de Almaziva* (3).

O Referimo-nos aqui a todos os aspectos sob os quais a ocupação humana pode ser encarada: propriamente dita, nas suas relações humanas, instituições económicas (englobando relações sociais de produção), jurídicas, administrativas.

(2) Ed. crítica de P. Avelino de Jesus da Costa, Leontina Ventura e Maria Teresa Veloso, Coimbra, 1978 e 1979 respectivamente. Muito embora não tenha conhecimento desta edição, o A. conheceu a fonte (cf. p. xvm).

(3) Ed. crítica de Maria José Azevedo Santos, Coimbra, 1981. O Cartulário referido, do século xm (embora com adições mais tardias), por certo que interessaria ao A., uma vez que os 100 does. de que se compõe se situam entre [1121-1128J-1313. Encontra-se no Arquivo da Universidade de Coimbra,

Sob o ponto de vista formal, a obra apresenta-se-nos composta por três grandes partes, precedidas de uma *Introduction*:

1 — *Cadre, Moyens et Expression du Dynamisme Paysan*;

2 — *Les Atteintes aux Fortunes et aux Libertés Paysannes. La Seigneurie* ;

3 — *La Fixation des Hiérarchies et des Fonctions*, a que se segue a *Conclusion Générale* e os índices (onomástico e analítico). Cada uma dessas três partes está dividida em capítulos e estes, por sua vez, subdivididos em alíneas, finalizando-se cada uma das grandes divisões referidas por uma conclusão.

Esta metodologia formal não perturba, a nosso ver, a estrutura coerente da obra, antes a torna atractiva, de fácil leitura e consulta. No entanto, embora o método tenda à exaustão, parece-nos que nem sempre os títulos são perfeita e completamente preenchidos.

Ainda no aspecto de que vimos falando, salientamos tanto o número, qualidade e oportunidade dos trabalhos cartográficos, como os quadros que acompanham o texto.

Pelos títulos acima enunciados, verifica-se que o A. pretende dar à sua obra uma certa gradação dentro do mundo rural: os que trabalham a terra, os que detêm a sua propriedade, a situação social de cada um decorrente do seu posicionamento face à posse e propriedade da terra. Mas tudo isto visto num sentido dinâmico, portanto evolutivo e de interacção, isto é, o mundo do trabalho e dos possidentes aparece-nos muitas das vezes em simbiose.

Sendo a primeira grande obra dedicada exclusivamente ao estudo da região nos dois primeiros séculos do Estado português, oferece-nos quer uma boa perspectiva de conjunto, quer dados valiosos para se poder apreciar a influência de certos centros como Coimbra ou Alcobça, por exemplo. Porém, a vastidão dessa mesma área — logo do estudo a empreender — não deixa que ressaltem em toda a sua evidência (embora se enunciem e perpassem na obra) as várias sub-regiões que dentro dela se podem demarcar, geográfica e historicamente — Douro-Vouga, Coimbra, Beira interior, Ribatejo e Estremadura.

A zona que se pretende estudar começa por ser analisada sob o ponto de vista geográfico — oro-hidrográfica e climatérica — para depois se seguir toda a análise da ocupação humana,

E, embora a análise histórica se vá fazer incidir essencialmente sobre os dois primeiros séculos de Portugal independente, passa na *Introdução* uma breve análise da ocupação humana sobre a zona, desde a época pré-histórica, até à dominação muçulmana, passando, evidentemente, pela ocupação romana ⁽⁴⁾ e bárbara.

Mas a introdução, ainda que sintética, é bastante ampla, englobando também a análise das vicissitudes político-militares do Ocidente peninsular, particularmente das terras portuguesas até ao Mondego ⁽⁵⁾, durante o longo processo que levará à conquista da autonomia (1128). Ainda aqui é de salientar que o A. não se fica pela simples factologia; interessam-lhe também problemas como por exemplo o do poder dos governantes — na sua origem e extensão — face à força dos poderes locais.

Todavia, e tal como o próprio título sugere, é já nos séculos xn e xiii que incide a grande análise da obra. Sobre eles o leitor aí

(4) Embora de natureza metodológica, cumpre-nos registar uma discordância em relação ao A. a propósito do tratamento deste domínio. O A. apresenta as mais marcantes influências romanas, após ter falado também da presença dos bárbaros (suevos e visigodos). Ora, parece-nos que isto pode induzir em erro o leitor menos atento, uma vez que os últimos não melhoraram em nada (antes pelo contrário), os aspectos postos em relevo e devidos aos romanos. Por outro lado, depois da obra de Jean-Gérard Gorges — *Les Villas Hispano-Romaines. Inventaire et Problématique archéologiques*, Paris, 1979, não é de aceitar a opinião do A. quando afirma, a propósito do pouco incremento que têm tido as pesquisas arqueológicas sobre «villas» ou grandes propriedades rurais do Portugal romano: «...sur les régions situées entre Douro et Tage où aucune fouille n'a été pratiquée». Na obra citada, pp. 467-471, poder-se-á encontrar um levantamento das pesquisas na área em análise. Deveremos até acrescentar que, desde 1980, o Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, por intermédio do seu docente A. J. Nunes Monteiro, tem desenvolvido trabalhos sistemáticos em *Villa Cardillio*, concelho de Torres Novas, distrito de Santarém, na sequência de outros, aí iniciados por Afonso do Paço em 1963-1964. Aliás, esta mesma «villa» era já referenciada a pp. 115-116 (com planta na p. 115) da obra *Portugal Romano*, da autoria do Prof. Doutor Jorge de Alarcão (Lisboa, 1937).

(6) Permitimo-nos discordar da opinião do A. de que o Conde Nuno Mendes «fut démis en 1071 et remplacé par des agents subalternes...», Mais que demitido em 1071, foi morto por Garcia, rei da Galiza, na batalha de Pedroso; substituído já o havia sido ainda em tempo de Fernando Magno (cf. José Mattoso, «A Nobreza Portucalense dos séculos ix a xi», in *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, 1980, p. 267).

encontrará urna boa panorâmica quer do incremento do fenómeno repovoador, com toda a força dos problemas que havia necessidade de ultrapassar e dos meios a que os homens da época puderam fazer recurso; quer do lugar e papel das comunidades rurais, com a coesão das suas variadas solidariedades; o surgir de novas paisagens com a expansão de novas culturas; o aparecimento de grandes fortunas fundiárias, laicas ou eclesiásticas, com toda a problemática que as opunha à pequena propriedade dos mais humildes. Relacionados com a capacidade económica e o lugar social dos detentores dessas grandes explorações, os problemas do senhorio e, em contraposição, o lugar das pequenas courelas face ao poder e à expansão do mesmo senhorio; relações dos homens adentro, desta instituição. Finalmente, toda uma vastíssima problemática social gerada pelas mais diversas situações económicas enunciadas anteriormente — os que nada possuem (nem liberdade jurídica, para já não falar da económica) até àqueles que, pelo seu poder económico e lugar na sociedade, disfrutam dos favores régios e, por eles, se revestem de um estatuto jurídico próprio na orgânica da sociedade.

É neste imbricar das situações dos homens trabalhadores da terra — na comunidade livre ou no senhorio — e daqueles que pertencem à nobreza ou com ela colaboram (caso do cavaleiro-vilão, o *miles* do século xm), que o A. acaba por abordar o problema do Feudalismo em Portugal. E se conclui que sob o ponto de vista institucional — de que os próprios termos seriam o reflexo — ele não existe em Portugal, colocando-se numa óptica económico-jurídica, aí a dominação dos homens e o problema das rendas fundiárias, repartidas entre trabalhador e proprietário da terra, levam a qualificar a sociedade medieval portuguesa como feudal. No entanto, como diz o A., ela reflecte características peculiares, caldeadas também por situações próprias — reconquista, repovoamento, vigor das comunidades campesinas e um lugar dos possidentes (nobreza e clero) víncadamente subalterno em relação à monarquia.

Na linha evolutiva que assinalámos no início como intenção do A., surge bem marcada a diferenciação entre os séculos xn e xm. No primeiro, uma maior força das comunidades aldeãs, com um maior enquadramento do país numa ideia e num sistema de poder público que, no século xm, irão evoluir para um processo

de feudalização. É ele que leva os humildes a recorrerem frequentemente à protecção dos poderosos e estes a arrogarem-se direitos sobre aqueles, e que está igualmente patente no próprio alargamento das desigualdades nas comunidades rurais, bem visível até nas instituições municipais, presas agora de uma oligarquia local.

Pontualmente gostaríamos também de destacar certos aspectos estudados na obra.

Alguns assumem aqui um lugar destacado, precisamente pela sua incipiência entre nós. Estão neste caso, sobretudo, os capítulos relativos às estruturas familiares (6), moeda e crédito (7), aos níveis económicos, à vida de todos os dias (8), para citar apenas alguns.

Pela clareza e afastamento das análises tradicionalmente apresentadas, importa também referir o posicionamento do A. à cerca dos concelhos. Se bem que aceite algumas das razões para as suas origens (9), no aspecto da classificação afasta-se da análise jurídico-institucional para se centrar numa perspectiva económico-social. Assim, os dois grandes tipos de concelhos que apresenta são somente os rurais e os urbanos (10) e, entre aqueles, distingue ainda aldeias «igualitárias» e «hierárquicas», consoante o direito seja ou não uniforme para todos os habitantes.

Igualmente nos parece dever destacar-se todo o cuidado posto na apresentação e na busca de esclarecimento de tantos dos termos usados na documentação medieval portuguesa (11). Do mesmo

(6) José Mattoso, «Notas sobre a estrutura da família medieval portuguesa», in *A Nobreza Medieval Portuguesa*, e também algumas considerações em *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, Lisboa, 1982.

(7) Cf. A. H. de Oliveira Marques, «A moeda portuguesa durante a Idade Média», in *Ensaios de História Medieval Portuguesa*, 2.^a ed., Lisboa, 1979.

(8) Idem, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, 3.^a edição, Lisboa, 1974.

(9) Gama Barros, por exemplo (cf. p. 147).

(10) Estes implicitamente, uma vez que, pelo seu interesse, o A. só se refere aos rurais. Esta tipologia é também a apresentada por T. de Sousa Soares (art. *Concelhos*, in *D. H. P.*), mas diferem bastante uma da outra.

(11) O seu número é tal que não podemos ser exaustiva. Por isso chamamos a atenção para a terminologia respeitante à propriedade, estrutura da mesma, tipos de solos, instrumentos de trabalho, moedas, laços de parentesco, relações de dependência, tributários, etc.

p se estes termos não podem ser interpretados isoladamente, fora do

modo, apercebemo-nos do confronto das realidades portuguesas com idênticas de além Pirenéus, ainda que não se rastreiem entre nós designações similares ⁽¹²⁾.

Também para a história da propriedade — nomeadamente monástica (uma vez que é a mais importante em termos quantitativos), na Estremadura e Ribatejo, para esta época — a obra em análise se mostra de um real interesse, à falta de estudos de conjunto sobre os potentados económicos destas regiões.

Por tudo quanto dizemos, cremos ser demasiado evidente que a presente obra se torna imprescindível para quem quiser ter um conhecimento mais profundo das estruturas económicas, particularmente agrárias, e sociais dos primeiros séculos do Estado português, na zona referenciada.

Contudo, algumas perguntas ainda nos ficam na mente: que mostram os documentos sobre as relações campo-cidade (uma vez que a área abrangida comporta as três cidades mais importantes da época — Coimbra, Santarém e Lisboa) ? E restringindo-nos apenas aos campos, que nos dizem os documentos (se é que dizem...) sobre as profissões ou, pelo menos, sobre uma certa especialização que, forçosamente, teria que ir surgindo entre as gentes do mundo rural?

Evidentemente que estas questões são um tanto teóricas, uma vez que não estamos perante a documentação, mas tão-só perante conclusões. E se a indicação dessas mesmas fontes documentais é assaz frequente, pensamos que teria sido bom (apesar do considerável volume da obra) apresentar alguns documentos. Cremos que seria não só interessante, mas também proveitoso.

seu contexto peninsular, é interessante o trabalho de comparação que o A. faz com a obra de P. Bonnassie, *La Catalogne du milieu du Xe à la fin du XIe siècle. Croissance et mutations d'une société*, 2 vols., Toulouse, 1975-1976. Pela mesma razão, seria igualmente de ter em linha de conta, sobretudo para o domínio da terminologia agrária, o artigo de Maria del Carmen Pallares Mendez e Ermelindo Portela Silva, «Aproximación al estudio de las explotaciones agrarias en Galicia en los siglos IX-XII», bem como o de Santiago Jiménez Gómez, «Análisis de la terminología agraria en la documentación lucense del siglo xm», ambos publicados ñas *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Historicas*, vol. ii, *Historia Medieval*, Santiago de Compostela, 1975.

⁽¹²⁾ Prestimónio e feudo, direito de *bannum*, cerimonial (e respeitativa designação) das práticas vassálicas.

Mas — frísemo-lo — estas considerações em nada pretendem ensombrar o valor real da obra.

Obra que, a nosso ver, e para o que é actualmente considerado como o polo aglutinador da região centro ⁽¹³⁾, se reveste ainda de uma importância maior, uma vez que, em conjunto com a recente obra de Maria Helena da Cruz Coelho ⁽¹⁴⁾, permite uma visão bastante ampla da vida nesta região durante os séculos xn-xv. Surja agora o respectivo estudo sobre a vida urbana e o mesmo tipo de trabalho para as restantes regiões do país que, como muito bem frisa o A., apresentam estruturas bastante diferentes, tanto a Norte do Douro como a Sul do Tejo.

MARIA ALEGRIA FERNANDES MARQUES

AMADEU TORRES — *Noese e crise na epistolografia latina goisiana.*

I: *As cartas latinas de Damião de Góis. Introdução, texto crítico e versão. Prefácio de José V. de Pina Martins, 451 pp. ;*

II: *Damião de Góis na mundividência do Renascimento.*

Análise ideológica, estético-linguística, apêndice diplomático, 377 pp. Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1982.

Amadeu Torres foi solicitado em 1955 pelo Prof. Reis Santos para traduzir a correspondência latina de Damião de Góis. Desde então, até à defesa da tese de doutoramento, pela Faculdade de Letras de Lisboa, em 1980, com os dois títulos aqui indicados, e até à sua publicação em Paris, em 1982, não deixou mais de se ocupar (e sobretudo de se «preocupar», a ponto de várias vezes ter tido a tentação de desistir...) com toda a problemática literária e cultural levantada por Damião de Góis. Trata-se de um investigador que tem as boas bases latinas e gregas do Seminário Conciliar de Braga (como aluno e professor), da Faculdade de Filo-

⁽¹³⁾ Coimbra e a sua região.

⁽¹⁴⁾ *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média (Estudo de história rural)*. Dissertação de Doutoramento. Coimbra, 1983.